



	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
<p>Despacho</p>	<p>NP: kuoy1djb SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 11/01/2024 Requerimento nº 9/2024 Protocolo nº 132/2024</p>	
<p>Autor: Dep. Valdir Barranco</p>		

Com fulcro no artigo 177 do Regimento Interno desta Casa de Lei, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhado Requerimento ao Excelentíssimo Senhor Chefe da Casa Civil e ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da MT PAR, a fim de requerer as seguintes informações:

Requer cópia completa do TAC, Termo de Ajustamento de Conduta assinado com Ministério Público do Estado de Mato Grosso com o Governo do Estado de Mato Grosso para realização da obras relativas à construção do Parque Novo Mato Grosso que está sendo executada pelo MTPar.

JUSTIFICATIVA

Apontada como a obra “menina dos olhos” do governo Mauro Mendes (União), o Parque Novo Mato Grosso foi lançado no final de 2021 com custo estimado de R\$ 150 milhões e prazo de dois anos para ficar pronto. O discurso mudou, assim como o orçamento da obra. Sem cronograma conhecido, a previsão agora é que “parte do empreendimento” deve ser entregue no último ano de gestão. O orçamento já está em R\$ 600 milhões. As obras de terraplanagem “estão sendo realizadas com equipamentos próprios do governo e por meio de um TAC com o Ministério Público do Estado”, segundo informou a assessoria. O TAC, Termo de Ajustamento de Conduta, tem como objetivo reparar procedimentos realizados de forma errônea. Indagados sobre detalhes do termo, a assessoria do governo não respondeu. O Ministério Público do Estado (MPE-MT) também não deu informações. O lançamento do megaprojeto, em novembro de 2021, contou até com a presença do piloto Nelson Piquet. O parque foi projetado para ter um espaço multiuso com autódromo, estacionamento para 15 mil veículos, área para shows e eventos para 100 mil pessoas, kartódromo, lago, museu do agro, pistas de motocross, de caminhada e de arrancadão. Tudo isso em uma área com 300 hectares doada pelo Grupo Bom Futuro, liderado por Eraí Maggi Scheffer, que ficou conhecido como “rei da soja”. Existem ainda muitas dúvidas em relação ao projeto, que não tem prazo para conclusão. Até o momento, foi construído um viaduto na Rodovia Emanuel Pinheiro – estrada de Chapada – duas pontes e 2,7 km de asfalto para o acesso ao canteiro de obras. Um investimento de R\$ 30,1 milhões. A entrada do parque fica a cerca de 11 km da saída para Chapada. O governo justifica que o valor do investimento aumentou porque agora estão previstos novos atrativos: roda gigante, vila das nações, separação dos lagos para prática de esportes e reuso de águas, árvore da vida (um mirante), museus com atividades diversas e bikecross. Também houve aumento no projeto do espaço-família, da área de skate, do Museu do Agro – que passa a ser chamado de Agroplace, com atividades voltadas ao agronegócio – e da praça de alimentação, segundo informa a assessoria de Mauro Mendes. Alguns editais começaram a ser lançados neste ano para

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

licitações distintas, conforme a especificação do atrativo. A construção da área de shows, por exemplo, tem valor estimado no edital de R\$ 51,8 milhões, em um contrato de 17 meses, podendo ser prorrogado e reajustado até a conclusão da obra. O megaparque é considerado importante para o setor de eventos e turismo. Por outro lado, acende uma luz amarela pela falta de transparência. De acordo com o projeto, o governo estadual irá bancar todo custo da obra e, depois, o espaço será gerido pela iniciativa privada, em regime de concessão. Vale realmente a pena investir e repassar para iniciativa privada? No final de setembro, a pedido do deputado Eduardo Botelho (União), foi aprovada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) a realização de uma audiência pública para tratar do projeto. “Parece que tem recurso público e privado. A gente não sabe nada, qual o impacto disso na economia de Cuiabá?” questionou o parlamentar, que é pré-candidato a prefeito de Cuiabá nas eleições de 2024.

A proposição do presente Requerimento tem fundamento no Princípio Constitucional da Publicidade e da Eficiência dos Atos da Administração Pública, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988. Monitorar as ações do Governo, é o objetivo deste presente requerimento, que procura aprofundar o entendimento e a transparência para a sociedade acerca dessa importante matéria. Devido à importância de tais esclarecimentos, justifico o presente requerimento.

site www.ehfonte.com.br

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 11 de Janeiro de 2024

Valdir Barranco
Deputado Estadual